

# O ESTADISTA: SOMOS TODOS NÓS

TERESA VILLAC PINHEIRO BARKI

*Advogada da União em São Paulo – SP, PRU 3ª Região  
Graduada em Filosofia – USP*

*Sumário:* 1. Introdução – 2. Breve compreensão histórica: o Estadista na óptica de Maquiavel – 3. Desfazendo falsas noções do senso comum – 4. O conceito do Estadista em crise – 5. Reflexões finais: entremeios para a formulação de um novo ideal – Bibliografia

**PALAVRAS CHAVE:** O estadista em Maquiavel; política; senso comum.

## 1. Introdução

O presente artigo, adentrando na seara da Filosofia Política e do Direito, objetiva apresentar e discutir o conceito de Estadista, examinando em que medida e por que esse conceito se tornou problemático em nosso tempo.

Para tanto, inicia-se com o perfil de Estadista delineado pelo polêmico Maquiavel, o que possibilitará maior compreensão histórica do tema, com a exposição das características que deveria ostentar um príncipe, procurando desmistificar algumas noções atribuídas, pelo senso comum, ao florentino. Prossegue-se, então, com questionamentos sobre

a não-subsistência do modelo nos dias atuais e o seu porquê. Examinar-se-á, neste tocante e em abordagem breve, como a democratização crescente e a relativização do conceito de soberania influíram para a crise da figura do Estadista.

## 2. Breve compreensão histórica: o Estadista na óptica de Maquiavel

Em *O Príncipe*, partindo de uma distinção entre as espécies de principados, dividindo-os em hereditários (recebidos por sucessão) ou novos, Maquiavel estabelece que o objeto de seu estudo serão estes últimos, que podem ser inteiramente novos ou acrescidos a um estado hereditário. Os principados novos podem ser adquiridos pela virtù de

um homem e de suas próprias armas, ou pela fortuna e com forças de outros homens. Introduzem-se, aqui, duas noções importantes: virtù e fortuna, que estão relacionadas ao êxito de um príncipe.

“Na verdade, a oposição entre *virtù* e fortuna não é irreduzível em Maquiavel. A primeira pode, numa certa medida, moldar a segunda”.<sup>1</sup> A fortuna se curva à *virtù*, e “... se a fortuna parece algumas vezes favorável e outras desfavorável, é porque o homem ora compreende ora não compreende o seu tempo, e as mesmas qualidades fazem segundo os casos o seu sucesso e a sua perda, mas não por acaso”.<sup>2</sup>

A fortuna pode ser entendida como uma boa deusa ou, ainda, como uma roda, absoluta e inexorável em seus mandamentos sobre os destinos humanos. Neste sentido, os versos iniciais da cantata *Carmina Burana*, de Carl Orff, demonstram estas características: “Oh, Fortuna, variável como a lua, sempre cresces ou minguas; vida detestável ora frustra ora satisfaz com

zombaria os desejos da mente, à pobreza e ao poder dissolve como se fossem gelo. Sorte monstruosa e vã, tu, roda a girar, a aflição e o vão bem-estar sempre se dissolvem tenebrosa e velada atacas-me também; agora por teu capricho costas nuas trago sob teu ataque. Sorte, senhora do bem-estar e da virtude, estás agora contra mim; ... nesta hora sem demora tocaí as cordas; pois que a sorte esmaga o forte chorai todos comigo”.<sup>3</sup>

“O objetivo do homem é controlar a Fortuna e, controlando-a, manter nas mãos as rédeas do próprio destino”.<sup>4</sup>

No que concerne à *virtù*, consoante exposição de Quentin Skinner, Maquiavel “... endossa a idéia convencional de que *virtù* é um nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a Fortuna e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica

1 RIBEIRO, Renato Janine. “Fortuna aristocrática”, p. 31.

2 MERLEAU-PONTY, Maurice. “Nota sobre Maquiavel” *in Sinai*, p. 332.

3 Tradução do original em latim: “O Fortuna, velut luna statu variabilis, semper crescis aut decrescis; vita detestabilis nunc obdurat et tunc curat ludo mentis aciem, egestatem, potestatem dissolvit ut glaciem. Sors immanis et inanis, rota tu volubilis, status malus, vana salus semper dissolubilis, obumbrata et velata michi quoque niteris, nunc per ludum dorsum nudum fero tui sceleris. Sors salutis et virtutis michi nunc contraria, est affectus et defectus semper in angaria; hac in hora sine mora corde pulsum tangite, quod per sortem sternit fortem mecum omnes plangite.”.Fonte:site Carmina Burana - <http://www.nautilus.com.br/~ensjo/cb/>

4 FERES, Opázia Chain. *Ocasão, Fortuna, Virtù e Necessidade: Considerações sobre esses motivos em obras de Maquiavel*, p. 50.

que define um príncipe verdadeiramente *virtuoso*, consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade – independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa – para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, *virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe: ‘ele deve ter uma mente pronta a se voltar em qualquer direção, conforme os ventos da Fortuna e a variabilidade dos negócios assim o exigam’<sup>5</sup>.

Um príncipe virtuoso deveria possuir algumas características, elencadas por Maquiavel, que não só atrairiam a Fortuna a seu favor, como garantiriam a manutenção do seu *status*. São elas: não permitir que as situações desfavoráveis seguissem seu curso, intervindo sem se preocupar se o julgam cruel, se desta crueldade dependesse a manutenção da união e fidelidade dos súditos, viver com parcimônia sem sacrifício para o povo, procedendo de modo equilibrado, com prudência e humanidade, de tal maneira que a confiança exagerada não o faça incauto e a muita desconfiança não o torne intolerável.

Era preferível que fosse temido do que amado, porque os homens são geralmente ingratos, volúveis, covardes e gananciosos e, enquan-

to recebem favores de quem está no poder, oferecem ao príncipe sua própria vida, mas, tão logo surgem as adversidades, desaparecem. Ao mesmo tempo em que deveria saber utilizar-se da força nos casos em que a lei não for suficiente, deveria evitar atos que não o tornem odiado. Além destas características, o príncipe novo deveria possuir um exercício sólido e ser o seu comandante.

Há, ainda, uma ressalva de Maquiavel no capítulo XVIII: o príncipe não precisa possuir todas as qualidades enumeradas, mas é indispensável que pareça tê-las, do que se deflui que o mundo da aparência é mais importante do que o da veracidade, não podendo haver demonstração de nenhuma característica que possa ser interpretada como fraqueza.

O príncipe utilizaria uma máscara, a fim de garantir o principado conquistado. Grande era o seu ônus!

### 3. Desfazendo falsas noções do senso comum

A exposição das qualidades do príncipe, exortadas por Maquiavel poderia acarretar a precipitada conclusão de que o florentino não só ignorou como rejeitou totalmente os valores morais. Trata-se de visão muito difundida, mas que não encontra eco de sustentação nos mais

5 *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988, p. 65.

renomados estudiosos, como se procurará demonstrar.

A temática foi bem apreciada por Isaiah Bertin e Merleau-Ponty. O primeiro, em artigo intitulado “A originalidade de Maquiavel”, prefaciando a obra em exame publicada pela Ediouro, apresenta interpretação pela qual há de ser feita uma distinção entre dois tipos de moralidade: a cristã e a do mundo pagão. A *moralidade cristã* prega os valores da caridade, misericórdia, sacrifício, amor a Deus, perdão aos inimigos, desprezo pelos bens deste mundo, fé em uma vida após a morte, crença na salvação da alma, – *todos eles maiores do que qualquer objetivo social, político ou terreno*. A *moralidade pagã*, por sua vez, é *adequada à vida política*, sendo seus valores: coragem, vigor, fortaleza na adversidade, realização na vida pública, ordem, disciplina, felicidade, força, justiça e, acima de tudo, a asseveração dos reclamos adequados de cada um, e o conhecimento e poder necessários para obter sua satisfação (obra citada, p. 43). Não há uma negação dos valores cristãos, apenas a colocação de que os mesmos não se coadunam com a política e os fins sociais a serem buscados pelos estadistas (p. 51), defendendo Maquiavel uma moralidade social e não individual, a fim de constituir-se e manter-se uma pátria forte (p. 61).

Merleau-Ponty, em artigo já citado, apresenta as razões pelas quais Maquiavel “preserva a política do puro julgamento moral”.<sup>6</sup> A primeira delas é que o homem perfeitamente honesto fatalmente sucumbiria no meio daqueles que não o são. A segunda razão é que a bondade poderia ter efeitos catastróficos e a crueldade não, tal como ocorreu com César Bórgia, cuja crueldade reuniu o Estado de Roma aos seus Estados, restabelecendo paz e tranqüilidade (p. 328). Segundo o autor, Maquiavel não teria ignorado os valores e formulou um humanismo sério, tido este como uma filosofia que afronte como um problema as relações do homem com o homem e a constituição entre eles de uma situação e de uma história que lhes sejam comuns (p. 340).

Destarte, Maquiavel não rejeitou os valores na condução de um Estado pelo príncipe, mas formulou uma crítica ao humanismo clássico. Para o filósofo, o príncipe não poderia nortear suas decisões e atos na moralidade cristã, porque ela não seria compatível com uma vida em sociedade. Deveria nortear-se por seu objetivo que era constituir e manter uma pátria unificada.

Como bem salientado por Renato Janine Ribeiro, em artigo intitulado “Maquiavel, do diabo à ética”: “Maquiavel terá lançado as bases da

6 Obra citada, p. 327.

ética de nossos tempos. Merleau-Ponty assim efetua uma enorme reviravolta, que faz o filósofo mais mal-falado de todos – e cujo prenome gerou em inglês um apelido para o diabo, “Old Nick” – se tornar um possível grande pensador ético. Talvez isso signifique o seguinte: na Idade Média, o quadro moral dava conta do lugar tanto do príncipe quanto do súdito, que deviam ambos obedecer à religião. Em tese, bastava isso para fazer um bom rei ou um fiel cristão. Maquiavel mostra que o príncipe não está mais submetido – nem protegido – por esse quadro. É essa insegurança que lhe dá liberdade. Ninguém é livre sem ansiedade. Mas hoje temos um mundo em que também se desfizeram os quadros de referência que protegiam – e prendiam – os cidadãos. Não só o príncipe, mas todos nós”. (*Revista Cult n. 74*).

Ressalte-se que, aqui, não se pretende defender o perfil de Estadista tal como proposto por Maquiavel, sendo oportuno seu exame pela indiscutível repercussão de *O Príncipe*. O que se objetivou ponderar e aclarar, é que o pensamento vazado na referida obra, originário de observações fruto de uma carreira diplomática, transmutou-se em um senso comum equivocado. Maquiavel não era amoral e, de acordo com os filósofos que o analisaram, grandes contribuições formulou para a ética

política. Ademais, não podemos olvidar que referido perfil inseria-se em um determinado contexto histórico que profundas transformações sofreu. É o que veremos a seguir.

#### 4. O conceito do Estadista em crise

A crescente influência da economia nos rumos políticos, a relativização do conceito de fortuna em face do racionalismo, o surgimento do Estado de Direito, o desenvolvimento dos direitos humanos em suas diversas gerações (individuais, sociais e difusos), – tudo isso, são fatores de alteração do conceito de Estadista tal como delineado por Maquiavel.

Não há, por certo, surpresa; é consequência da própria história.

O fortalecimento da Democracia contribuiu neste processo, com as consequentes mudanças nos mecanismos políticos de chegada (voto direto e universal) e manutenção (eleições periódicas, *impeachment*) no poder dos governantes. Consoante Noberto Bobbio,<sup>7</sup> verificou-se uma expansão da Democracia na sociedade contemporânea, consolidando-se não apenas a Democracia Representativa como alguns mecanismos de exercício direto, além da extensão a outras esferas da sociedade: “Em termos sintéticos, pode-se dizer que, se hoje se deve falar

7 *Estado, Governo, Sociedade – para uma teoria geral da política*. Paz e Terra. 1988.

de um desenvolvimento da democracia, ele consiste não tanto, como erroneamente muitas vezes se diz, na substituição da democracia representativa pela democracia direta (substituição que é de fato, nas grandes organizações, impossível), mas na passagem da democracia na esfera política, isto é, na esfera em que o indivíduo é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social, onde o indivíduo é considerado na multiplicidade de seus *status*, por exemplo de pai e de filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário etc”.<sup>8</sup>

O que se pretendeu atingir com o até então exposto, é a constatação de que há uma crise no próprio conceito geral de Estadista, conceito este de difícil delimitação, mas que, apesar de constar em verbete de dicionário, não teve o seu sentido reduzido: “1 – pessoa versada nos princípios ou na arte de governar. 2 – pessoa ativamente envolvida em conduzir os negócios de um governo ou moldar a sua política; homem de Estado. 3 – pessoa que exerce lideran-

ça política com sabedoria e sem limitações partidárias”.<sup>9</sup>

Atualmente, muitas são as consequências decorrentes da globalização, há o fortalecimento de blocos regionais e o capital volátil tornou-se uma variável de relevância nas economias dos países. São circunstâncias que demonstram que o poder não mais se concentra plenamente nas mãos de uma única pessoa.

Igualmente contribui para esta nova realidade a relativização do conceito de soberania. Tida como uma das bases da idéia de Estado Moderno, “o poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência”,<sup>10</sup> todos os elementos de sua concepção encontram-se quebrantados, como se pode observar diariamente nos noticiários.

## 5. Reflexões finais: entremeios para a formulação de um novo ideal

Neste sentido, a proposta de Sergio Paulo Rouanet é inspiradora: trata-se da constituição de uma ordem internacional plenamente democrática, em muito relacionada com a democratização interna, que acaba por se fragilizar com não-de-

8 Idem, p. 155/156.

9 *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva. 2001.

10 Concepção de Miguel Reale, transcrita por Dalmo de Abreu Dallari *in Elementos de Teoria Geral do Estado*, Ed. Saraiva, 1989, p. 68.

mocratização internacional, "... que obriga os Estados nacionais a recorrer à razão de Estado, aos serviços de inteligência e a todos os dispositivos que asseguram a invisibilidade do poder, erodindo com isso o princípio da responsabilidade dos governantes diante dos governados, exigência central da democracia."<sup>11</sup> Releva anotar, ainda, a implementação de uma ética universal: "mas é óbvio que uma ética universal só poderá ser plenamente eficaz quando os interessados possam participar, de fato, dos respectivos processos deliberativos. Isso só será possível quando todos os afetados sejam, ao mesmo tempo, cidadãos, o que somente acontecerá quando as democracias nacionais forem com-

plementadas por uma democracia mundial. As novas tecnologias podem contribuir para o advento dessa democracia. Interligando milhões de pessoas, de todos os países do mundo, elas podem relativizar os reflexos nacionalistas, combater a xenofobia, facilitar a compreensão mútua entre as diversas culturas. E uma vez criada uma democracia cosmopolita, as novas tecnologias serão um instrumento poderosíssimo para assegurar a comunicação entre indivíduos e organizações, no bojo da sociedade civil mundial."<sup>12</sup>

Trata-se, sem dúvida, de imagem inspiradora de reflexões, possibilitadora do ideal de que o ofício de Estadista seja efetivamente exercido por todos nós.

## 6. Bibliografia

- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Tradução de Brasil Bandecchi. Editora Moraes.
- BERLIN, Isaiah. "A originalidade de Maquiavel". prefácio *in O Príncipe* de Maquiavel. Prestígio Editorial – um selo da Ediouro Publicações.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. Paz e Terra. 1988.
- COMPARATO, Fábio Konder. "Direitos Humanos e Estado" *in Direitos Humanos e...* Editora Brasiliense. 1989.
- "Poder e legitimidade na sociedade contemporânea" *in Educação, Estado e Poder*. Editora Brasiliense. 1987.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. Editora Saraiva. 1989.

11 "Democracia Mundial". Artigo *in O Avesso da Liberdade*. Adauto Novaes, organizador. Companhia da Letras. 2002. p. 241.

12 *Idem*, p. 247.

FERES, Opázia Chain. *Ocasão, Fortuna, Virtù e Necessidade: Considerações sobre esses motivos em obras de Maquiavel*. Dissertação de mestrado em Literatura Italiana, apresentada à FFLCH-USP. 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “Nota sobre Maquiavel” in *Sinais*. Editorial Minotauro.

NASCIMENTO, Milton Meira. “Filosofia Política” in *Primeira Filosofia*. Editora Brasiliense. 1985.

REALE, Miguel. “Variações sobre os atos governamentais” in *Variações*. Edições GRD. 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. “Fortuna aristocrática” in *Ensaio Antigos*. Tese (livre docência). 1991.

“As duas éticas ou A ação possível” in *A Sociedade contra o Social*. Companhia das Letras. 2000.

“Maquiavel, do diabo à ética” in *Revista Cult n. 74*.

ROUANET, Sergio Paulo. “Democracia Mundial”. Artigo in *O Avesso da Liberdade*. Adauto Novaes, organizador. Companhia da Letras. 2002.

Skinner, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988.